



# **O PROTESTANTISMO NO BRASIL: ASPECTOS JURÍDICOS, CULTURAIS E SOCIAIS DE SUA IMPLANTAÇÃO**

**PRIMEIRA PARTE**

## **PROTESTANTISM IN BRAZIL: LEGAL, CULTURAL AND SOCIAL ASPECTS OF IMPLANTATION**

**FIRST PART**

**Hermisten Maia Pereira da Costa**

Doutor e Mestre em Ciências da Religião (Umesp), Bacharel em Teologia (SPS), Licenciatura Plena em Filosofia (PUC) e Pedagogia (Mackenzie). Professor no Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião e na Escola Superior de Teologia, ambos na Universidade Presbiteriana Mackenzie, e no Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição, São Paulo, Capital.



---

## RESUMO

Neste artigo, Costa propõe-se a analisar o movimento iluminista destacando como uma de suas características fundamentais o retorno constante à razão, não mais à revelação, colocando o homem racional como centro do universo. Assim, a tradição é rejeitada, prevalecendo a compreensão de que tradição e erro coincidem. Dentro desse espírito, a tolerância tornou-se um ingrediente natural e compulsório. A partir dessa perspectiva, Costa começa a analisar a penetração das concepções iluministas em Portugal, e sua influência no campo pedagógico, religioso, político e social.

---

## PALAVRAS-CHAVES

Iluminismo; jesuítas; Marquês de Pombal; Reforma Pombalina; Verney.

---

## ABSTRACT

In this first article, Costa intends to analyze the Enlightenment movement pointing out that one of the most fundamental characteristics is the constant return to reason and not to the revelation anymore, focusing man as the center of the universe. Thus, tradition is rejected, and the understanding that tradition and error coincide prevails. Within this thought, tolerance became a natural and compulsory factor. From that perspective, Costa analyzes the penetration of Enlightenment concepts in Portugal, and its influence in the field of pedagogy, religion, politics and sociology.

---

## KEYWORDS

Enlightenment; jesuits; Marquis de Pombal; Pombal Reformation; Verney.

---

## 1. INTRODUÇÃO

Quando se escreve história, deve-se ter em mente que é impossível atingir a origem absoluta de todas as coisas, inclu-

sive do assunto. O que se pode fazer é, quem sabe, uma alusão àqueles fatos e períodos que, por sua fecundidade, foram, dentro da perspectiva do autor, de extrema relevância para o tema ou do período tratado, sabendo, contudo, que estes são decorrentes de outros e outros. A história é composta de fragmentos que interagem e que se interpenetram. Desse modo, ao iniciar esta empreitada pelo Iluminismo, reconhecem-se os limites e, ao mesmo tempo, a convicção pessoais.

## 2. O ILUMINISMO E POMBAL

---

### 2.1. O ILUMINISMO

---

O Iluminismo é, de certo modo, um filho tardio do Humanismo renascentista. As concepções da Filosofia e da Ciência Moderna dentro de um processo de evolução intelectual contribuíram para que surgisse um novo espírito, caracterizado pela autonomia da razão em detrimento da tradição ou de qualquer outro padrão externo. A razão aqui pretendeu estender seus limites para todo o ramo do saber, negando-se a reconhecer limites fora de si mesma; desse modo, num gesto sem-cerimônia, ela invade os “domínios” da ética, da epistemologia, da política e da religião, tendo como elemento aferidor de toda a realidade a razão autônoma. Para isso, o Iluminismo rejeita qualquer “ajuda” do transcendente; deseja somente o que pode conseguir com sua razão, com os próprios esforços: seus recursos são suficientes para entender e explicar o mundo ou o que quer que seja que se lhe apresente como carente de explicação. O Iluminismo, que durou cerca de 150 anos (1650-1800), tem como uma de suas características fundamentais o retorno constante à razão, não mais à revelação; o homem racional é o centro do universo... “A razão substituiu a revelação como árbitro da verdade” (Grenz, 1997, p. 106-107). O homem é a medida de todas

as coisas e a razão é o seu instrumento de medição; é o cânon da verdade<sup>1</sup>.

“O século XVIII, o século do iluminismo, conserva intacta a confiança na razão e é caracterizado pela decisão de se servir dela livremente” (ABBAGNANO, 1982a, v. VII, p. 131). Notemos que, dentro dessa perspectiva, a razão não se opõe à experiência já que é ela que organiza esta, conforme a concepção kantiana.

Esse movimento originou-se na Inglaterra, alastrando-se pela França e Alemanha, sendo então apelidado de *Aufklärung* (Iluminismo), justamente por sua pretensão de iluminar o obscurantismo da tradição.

O Iluminismo, mais do que um sistema filosófico, é um movimento espiritual, típico do século XVIII e caracterizado por uma ilimitada confiança na razão humana, considerada capaz de dissipar névoas do ignoto e do mistério, que obstruem e obscurecem o espírito humano, de tornar os homens melhores e felizes, iluminando-os e instruindo-os. O Iluminismo é, em essência, um antropocentrismo, um ato de fé apaixonado na natureza humana, considerada com seus caracteres universais e comuns a todos os homens, e não na natureza individual e original de cada um. Os olhares são dirigidos para o futuro; é um novo evangelho, uma nova era na qual o homem, vivendo em conformidade com a natureza, será perfeitamente feliz. (grifos meus; MONDIN, 1981, v. II, p. 153).

Bengt Hägglund (1973, p. 293) resume tudo isso dizendo que o “Iluminismo caracterizou-se por uma fé ingênua no homem e em suas potencialidades”.

Kant (1724-1804), um dos maiores expoentes desse movimento, ilustrou bem o espírito de sua época, em sua famosa definição de Iluminismo. Em 1784, em um artigo para

---

<sup>1</sup> Na Antigüidade, Aristóteles (384-322 a.C.), comentando a agudez do “homem bom” em discernir a verdade, disse ser este a norma (Kanw/n) e a medida (M//e/tron) da verdade. (ARISTÓTELES, 1973a, III.4. 1113 a 1133). Protágoras (c. 480-410 a.C.), filósofo sofista, já havia empregado o conceito de “medida”, aplicando-o ao homem e dizendo ser este “a medida de todas as coisas” (cf. PLATÃO, 1988, 152a; ARISTÓTELES, 1973b, XI.6.1 062; ver também, PLATÃO, Eutidemo, 286). Platão diferentemente de Protágoras, entendia que a medida de todas as coisas estava em Deus. “Aos nossos olhos a divindade será ‘a medida de todas as coisas’ no mais alto grau.” (PLATÃO, 1999, p. 189).

uma revista, Kant (1987, p. 25) perguntou-se: “O que é o Iluminismo?”. Ele respondeu:

O Iluminismo é a emancipação de uma menoridade que só aos homens se devia. Menoridade é a incapacidade de se servir do seu próprio intelecto sem a orientação de um outro. Só a eles próprios se deve tal menoridade se a causa dela não for um defeito no intelecto mas a falta de decisão e de coragem de se servir dele sem guia. “Sapere aude! Tem a coragem de te servires do teu próprio intelecto!” é o lema do Iluminismo<sup>2</sup>.

O título de uma obra de Kant, escrita em 1793 – ainda que seja “simples abstração”<sup>3</sup> –, retrata bem esse período: *A religião dentro dos limites da simples razão*. Ela se tornou, conforme expressão de Braaten (1990, v. I, p. 59), o “manifesto religioso para o iluminismo”<sup>4</sup>.

No entanto, deve ser dito que o Iluminismo carrega em seu bojo o germe da própria destruição. O escocês David Hume (1711-1776), embalado nesses conceitos, aplicou o ceticismo à religião e à capacidade da mente humana poder conhecer o mundo externo; ele “empregava a razão até aos limites para mostrar as limitações da razão”<sup>5</sup>. É preciso lembrar que foi justamente Hume quem despertou Kant do “sono dogmático” e que este, mesmo fazendo da razão o único guia seguro para se chegar à verdade, impunha à razão limites rigorosos, a fim de não cair no precipício do naturalismo que exclui a idéia do absoluto: a razão é finita; ela não pode conceber sozinha o infinito<sup>6</sup>.

---

<sup>2</sup> Tillich (1986, p. 47), interpretando essa concepção de Kant, diz: “Kant achava que as pessoas vivem mais despreocupadas quando se deixam guiar por líderes religiosos, chefes políticos ou orientadores educacionais. Queria, porém, acabar com essa segurança. Achava que essa dependência contradizia a verdadeira natureza humana.”

<sup>3</sup> Ernst Cassirer (1977) observa que esta obra “transmite apenas a configuração ideal, a sombra de uma genuína e concreta vida religiosa”.

<sup>4</sup> Tillich, (op. cit., p. 81) diz que a obra de Kant poderia ser também chamada de “pequena teologia sistemática”.

<sup>5</sup> Ver Brown, Iluminismo in Elwell, 1988-1990, v. II, p. 48, 308; Tillich, 1986, p. 78, 83.

<sup>6</sup> Cf. Abbagnano, 1982a, v. VIII, p. 129-131,144; Tillich, op. cit., p. 78-79.

Do Iluminismo confiante na razão, surge a crítica mais mordaz concernente à capacidade da razão. Todavia, é necessário não se iludir; em Kant, a razão seria sempre o aferidor final e decisório. Num de seus escritos, enfatiza (KANT apud ABBAGNANO, 1982a, v. VIII, p. 131).

Amigos da humanidade e do que há de mais santo para ela, aceitai também o que vos parecer mais digno de fé após um exame atento e sincero, quer se trate de fato, quer se trate de princípios racionais, mas não recuseis à razão o que a torna o bem mais alto sobre a terra: o privilégio de ser a última pedra de toque da verdade.

O Iluminismo, com sua ênfase na liberdade individual, não se coadunava com nenhum tipo de sanção; o homem é livre para pensar e agir conforme sua compreensão e consciência: o homem é um ser autônomo.

Prevalece a compreensão de que o homem, por meio da sua razão, é a lei para si mesmo; é ele quem se governa não um outro (heteronomia)<sup>7</sup>. Kant (1724-1804) assim escreveu: “Autonomia da vontade é aquela sua propriedade graças a qual ela é para si mesma a sua lei. [...] Pela simples análise dos conceitos da moralidade pode-se, porém, mostrar muito bem que o citado princípio da autonomia é o único princípio da moral” (KANT, 1974, p. 238).

Tillich assim define esse conceito: “Representa a vida humana vivida segundo a lei da razão em todos os aspectos da atividade espiritual [...]. Para os indivíduos, autonomia é a coragem de pensar; coragem de se valer dos próprios poderes racionais” (TILLICH, 1986, p. 48).

Dentro desse espírito, a tradição é rejeitada. “Na tradição, o Iluminismo vê uma força hostil que mantém vivas crenças e preconceitos que é sua obrigação destruir”<sup>8</sup>. Na realidade, prevalece a compreensão equivocada de que tradição e erro coincidem.

---

<sup>7</sup> Ver Tillich, op. cit., p. 47ss. e Tillich, 1988, p. 262-263.

<sup>8</sup> Tillich (ibid., 1986, p. 95) observa: “Para o iluminismo o passado se mantinha, até certo ponto, submerso em superstição.” (Ver também Iluminismo em ABBAGNANO, 1982a, p. 510b).

Dessa forma, onde o Iluminismo tinha ascensão, o espírito de tolerância era um ingrediente natural e compulsório. No campo religioso, a parábola dos três anéis contada por G. E. Lessing (1729-1781) em sua obra *Natã, o sábio* (1779), é reveladora; diz ele:

Havia, certa vez, um anel antigo que tinha o poder de transmitir ao seu dono a dádiva de ser amado por Deus e pelos homens. O anel foi passado de geração em geração por muito tempo, até vir a pertencer a um pai que tinha três filhos igualmente queridos a ele. Para resolver este dilema, mandou fazer duas réplicas, e deu um anel para cada filho. Depois da sua morte, todos os três alegavam ser possuidores do anel verdadeiro. Mas, como no caso da religião, o original não pode ser descoberto. A investigação histórica de nada adianta. Um juiz sábio, no entanto, aconselha cada filho a comportar-se como se tivesse o anel verdadeiro, e a comprová-lo mediante atos de amor. Destarte não importará, afinal das contas, quem tinha o original. Os três filhos representam o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. Um dia, transcenderão a si mesmos e se unirão numa única religião universal de amor<sup>9</sup>.

Portanto, dentro dessa ótica, em questões de religião, a tolerância é a virtude suprema e o dogmatismo, é a atitude mais repreensível. A implicação dessas concepções conduz ao ecumenismo<sup>10</sup> de todas as religiões, procurando o que cada uma tem de bom.

---

<sup>9</sup> Lessing (1729-1781), em sua obra *Natã, o sábio* (1779 apud BROWN, 1983, p. 60).

<sup>10</sup> A nossa palavra “ecumenismo”, provém do substantivo grego Oi)koume/nh, estando gh= (terra, solo, chão), subentendido. Oi)koume/nh, é derivado de Oi)=koj (casa, nação). O conceito dessa palavra era primariamente geográfico – terra habitada (ver: Heródoto, s.d., IV.110, p. 373) –, tornando-se, depois, também cultural e político (ver: MICHEL h(oi)(koume/nh in KITTEL; FRIEDRICH, 1981, p. 157, indicando o mundo cultural versado e refinado comandado pelos gregos em contraposição ao “barbarismo”).

Oi)koume/nh tem o sentido de “mundo civilizado”, “todos os habitantes do globo”. A palavra veio a significar: a) A partir de Demóstenes (384-322 a.C.), mundo habitado pelos gregos em contraste com as terras habitadas pelos bárbaros; b) a partir de Aristóteles (384-322 a.C.), mundo habitado, quer por gregos, quer por “bárbaros”, contrastando com as terras não habitadas; c) adquiriu no Império Romano um sentido político, indicando as terras sob o domínio Romano. Não é à toa que Nero tinha o título de Swth/r e Eu)erge/thj da Oi)koume/nh, ou seja, “Salvador e benfeitor da terra”. (Cf. FLENDER, O. Terra em BROWN, 1983, v. IV, p. 601-602).

Ainda que esses aspectos não tenham atingindo Portugal – tiveram maior difusão no Liberalismo Teológico do século XIX e em alguns setores no século XX –, a compreensão de maior tolerância para com o diferente não tardaria a manifestar os seus efeitos em Portugal – obviamente revestidos de outros interesses –, especialmente através do marquês de Pombal. É essa conexão que é o alvo deste artigo bem como a sua influência na implantação do protestantismo no Brasil.

## 2.2 O ILUMINISMO E A REFORMA POMBALINA

Recebemos com um gosto inexplicável as modas de França, de Itália, de Inglaterra, porém não nos resolvemos a tomar a moda de seus estudos. (Francisco da Pina em carta ao marquês de Abrantes, 1752)<sup>11</sup>.

Na Septuaginta (tradução grega do Antigo Testamento), a palavra ocorre 46 vezes, especialmente no livro de Salmos, tendo de modo geral o sentido de terra habitada, sendo muitas vezes traduzida por mundo. Como exemplo, citamos: 2Sm 22.16; Sl 18.15; 19.4; 24.1; 33.8; 50.12; Jr 10.12 (mundo); Is 10.14,23; 13.5,9 (terra); Êx 16.35 (ARA; BJ: “terra habitada”); Pv 8.31 (ARA: “mundo habitável”; BJ: “superfície da terra”).

O NT emprega a palavra 15 vezes (Mt 24.14; Lc 2.1; 4.5; 21.26; At 11.18; 17.6,31; 19.27; 24.5; Rm 10.18; Hb 1.6; 2.5; Ap 3.10; 12.9; 16.14), especialmente nos escritos de Lucas (8 vezes), primordialmente no sentido geográfico, ainda que Lc 2.1, dentre outros textos, indique o sentido político, revelando o poder romano. Assim, podemos classificar sua ocorrência do seguinte modo: a) a terra habitada, o mundo: Mt 24.14; Lc 4.5; 21.26; At 11.28; Rm 10.18; Hb 1.6; Ap 16.14; b) mundo, no sentido de humanidade: At 17.31; 19.27; Ap 3.10; 12.9; c) o Império Romano: At 24.5; d) seus habitantes: Lc 2.1; At 17.6; e) o mundo por vir: Hb 2.5.

Irineu (c.120-202), discípulo de Policarpo (c. 70-155) – que conheceu João pessoalmente –, bispo de Esmirna, no segundo século aponta para o ecumenismo da Igreja, no sentido de que ela, mesmo estando espalhada pelo mundo (Oi)koume/nh), professa uma só doutrina (ver IRINEU, 1995, I.10.1-2). Ao que parece, foi somente após a Conferência de Edimburgo (1910; cf. HARKNESS, v. 7, p. 945). Mais precisamente entre 1920-1930 é que as expressões ecumênico/ecumenismo passaram a ser usadas correntemente em referência ao movimento em prol da unidade dos cristãos (cf. VERCRUYSSSE, 1994, p. 248). No entanto, algumas vezes esses termos são empregados de forma mais ampla, para indicar todo esforço que vise unir todas as religiões. Quando isso acontece, parece que o termo perde seu sentido eclesiástico, passando a indicar um sincretismo e não mais ecumenismo, conforme foi usado pela Igreja através dos séculos.

<sup>11</sup> Balança Intelectual em que se pesava o merecimento do Verdadeiro Método de Estudar; que ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor marquês de Abrantes oferece Francisco da Pina e de Mello (apud CARVALHO, 1978, p. 63).

Até meados do século XVIII, o pensamento filosófico português estava quase que circunscrito aos volumosos comentários à obra de Aristóteles (384-322 a.C.) e à defesa da escolástica feita pelos professores de Coimbra.

O ensino filosófico era então cultivado na Universidade de Coimbra, na de Évora (1559-1759), nos colégios dos Jesuítas e nos seminários criados por deliberação do Concílio de Trento. Em todos esses centros a Filosofia não era mais que a ancila da Teologia, ajustada esta à ortodoxia do mesmo concílio, cujas conclusões Portugal adotou por alvará de 12 de setembro de 1564 e os professores haviam de jurar periodicamente com toda solenidade (FIGUEIREDO, 1960, v. I, p. 208-209).

O Iluminismo em Portugal normalmente é associado à pessoa do marquês de Pombal; se, por um lado, é justa esta associação, considerando inclusive a força das transformações efetuadas por esse poderoso ministro, deve-se observar, também, que o Iluminismo já dera provas de sua existência em Portugal pouco antes da atuação de Pombal.

Durante o reinado de D. João V, já se evidenciava a renovação do pensamento em Portugal pelo surgimento de academias, pelo emprego da metodologia de Descartes (1596-1650), da física de Newton (1642-1727) e da filosofia empírica de John Locke (1632-1704); essas transformações estavam acopladas às novas traduções e edições de autores iluministas ou que contribuíram para esse movimento. Nesse período, três autores destacam-se dentro do projeto de transformação cultural: Luís Antônio Verney, com sua obra *Verdadeiro método de estudar* (1746), Francisco José Freire, *Arte poética ou regras da verdadeira poesia* (1748) (Ivan, 1999, p. 23-24), e o Padre Antonio Pereira de Figueiredo, quem resumiu<sup>12</sup> a obra da Congregação do Oratório, *Novo método de gramática latina* (1752)<sup>13</sup>. Dentro da abordagem deste trabalho, Verney e Figueiredo são os mais importantes no processo de reforma pedagógica.

---

<sup>12</sup> Disponho de um exemplar desse resumo, intitulado *Novo Methodo da Grammatica Latina*, reduzido a compendio pelo P. Antonio Pereira, 7. ed. cuidadosamente revista e aumentada, Rio de Janeiro, B.L. Garnier, Livreiro-Editor, s.d., 168p.

<sup>13</sup> Ver Carvalho, 1978, p. 60.

Luís Antônio Verney (1713-1792), padre português, natural de Lisboa, de ascendência francesa e de formação jesuítica (Colégio de Santo Antão) e oratoriana nos Estudos Menores (1727-1730), formou-se Bacharel em Artes na Universidade de Évora (1730), obtendo a o grau de licenciado e Mestre em Artes também em Évora em 1736. Nesse mesmo ano, foi para Roma com o propósito de estudar Teologia e Direito Canônico<sup>14</sup>. “Sabe-se que veio a possuir os graus de doutor em Filosofia e de mestre em Teologia”<sup>15</sup>. Nunca mais regressaria a Portugal. Ainda que na juventude, reconhecendo o seu valor, os jesuítas o convidassem a ingressar em sua Ordem, ele jamais aceitou (FERREIRA citado por VERNEY, s.d., p. 8).

Verney foi profundamente influenciado por autores modernos e iluministas, os quais leu e assimilou em profundidade<sup>16</sup>. Ele escreveu diversas obras que causaram grande reboição no sistema pedagógico de Portugal, custando-lhe isso um alto preço<sup>17</sup>. Dentre os seus trabalhos, destaca-se o intitulado, *Verdadeiro método de estudar* (1746), na qual se opôs à tradição escolástica<sup>18</sup>. Ele desejava renovar os métodos pedagógicos em Portugal, cuja decadência atribuía ao ensino jesuítico. Em seus escritos, Verney demonstra ter recebido influência do pensamento de Bacon (1561-1626) e de Descartes (1596-1650), ainda que declare não ser cartesiano, contudo confessa nutrir “grandíssima veneração” por ele (VERNEY, s.d., p. 159). Verney critica o critério de autoridade no campo da ciência<sup>19</sup>, adotando o método de Descartes (1596-1650), desafiando os seus pares a uma busca experimental, a fim de formarem as suas opiniões (SARAIVA; LOPES, s.d., p. 179).

Mesmo reconhecendo o valor do silogismo, Verney achava que os escolásticos abusavam do emprego deste, desprezando todos aqueles que não recorriam a esse método (SARAIVA; LOPES, s.d., p. 168). Quando o livro de Verney

---

<sup>14</sup> Cf. Saraiva; Lopes, s.d, p. 571 e Carvalho, 1986, p. 406.

<sup>15</sup> Carvalho, 1978, p. 60.

<sup>16</sup> Id. *ibid.*, p. 13; Cretella Jr., 1973, p. 136-137; Villaça, 1975, p. 26.

<sup>17</sup> Foi preso tendo seus bens confiscados e, por isso, se exilou em Pisa.

<sup>18</sup> As suas idéias revolucionárias não se limitavam à esfera pedagógica, antes tinham implicações políticas, econômicas e religiosas. Ver Saraiva; Lopes, s.d., p. 572.

<sup>19</sup> “Que importa que Aristóteles ou todos os filósofos da Grécia dissessem que o ar é leve, se estou vendo experiências que provam que é pesado? [...]” (id. *ibid.*, p. 179).

foi introduzido, o texto que então predominava nas escolas<sup>20</sup> era a Lógica Barreta do jesuíta Gregório Barreto de Cantanhede, no qual apresentava uma variedade de silogismos e de sutilezas escolásticas, amplamente criticados pelos modernos. “A lógica a cujo estudo eram obrigados os estudantes, anos a fio, só tinha em vista prepará-los para disputas retóricas e de sentido puramente ornamental”, comenta Paim (1984, p. 222-223). Criticou os castigos corporais infligidos pelos mestres aos seus alunos que não conseguiam aprender, atribuindo em grande parte o não aprendizado do estudante ao método errado de seus mestres (VERNEY, s.d., p. 74-77). Entende que castigo severo, “ainda de morte”, deveria ser dado aos alunos veteranos “que injustamente acometem aos novatos, e fazem outras insolências” (SARAIVA; LOPES, s.d., p. 76). Seguindo o pensamento de Fenélon (1651-1715) (*Traité de l'éducation des filles, 1687*), sustentava a necessidade de educar também as mulheres<sup>21</sup>, introduzindo como um de

---

<sup>20</sup> “Quanto Aristóteles escreveu as suas reflexões sobre o silogismo não nos quis ensinar a fazer silogismos, porque isso fazemos nós sem reflexão nem estudo algum: quis somente mostrar-nos em que se fundava a verdade dos nossos conhecimentos discursivos, e como procedia o entendimento quando consentia em algum objeto. Porém, não devemos daqui inferir que sem praticar advertidamente tudo o que lê propõe não possamos discorrer bem. Não, senhor: a dita notícia é mais especulativa que prática” (id. *ibid.*, p. 166).

<sup>21</sup> Calvino (1509-1564) reestruturou o sistema educacional em Genebra criando escolas primárias, inclusive para meninas, tendo esta, por questões financeiras, uma duração efêmera (1541) (cf. MCNEILL, 1954, p. 192). Paul Monroe (1869-1947), diz que: “O primeiro Estado a adotar o princípio da educação obrigatória para crianças de todas as classes foi Weimar, em 1619. Determinava que todos os meninos e meninas freqüentassem a escola desde 6 até 12 anos. Deve-se ao Duque Ernesto, o Piedoso, de Gotha, mais do que a qualquer outro governante, a fundação do sistema moderno das escolas alemãs. Em 1642 ele adotou, para as escolas do ducado, um regulamento que, substancialmente, é o mesmo dos Estados alemães da época presente. Exigia-se a freqüência, desde a idade de 5 anos, de todo menino e menina da província. O ano escolar tinha a duração de 10 meses e as crianças eram obrigadas a freqüentar a escola todos os dias úteis da semana.

O horário era das 9 às 12 horas e de 1 às 4, todos os dias da semana, exceto as tardes de quarta e sábado, que eram livres. Os pais eram multados pela falta de freqüência de seus filhos.” (MONROE, 1976, p. 190; ver também ABBAGNANO; VISALBERGHI, 1990, p. 261).

O grande educador João Amós Comênio (1592-1670), já em 1632 (escrita em 1632 e publicada com amplos acréscimos em latim na cidade de Amsterdã no ano de 1657), tinha como um de seus objetivos educacionais “ensinar tudo a todos” (COMÊNIO, X.1. p. 145), começando desde bem cedo, já que é mais difícil reeducar o homem na vida adulta (id. *ibid.*, p. 65). Entendia que todos os seres humanos deveriam receber “uma instrução geral capaz de educar todas as faculdades humanas” (id. *ibidem.*, p. 425). Portanto, “devem ser enviados às escolas não apenas os filhos dos ricos ou dos cidadãos principais, mas todos por igual, nobres e plebeus, ricos e pobres, rapazes e moças, em todas as cidades, aldeias e locais isolados. [...]” (id. *ibid.*, IX.1. p. 139). Com Comênio, vemos a exigência de uma “educação universal”, “que não faça diferença de sexo ou de classe social” (CAMBI, 1999, p. 289).

seus argumentos, algo no mínimo curioso: “Persuado-me que a maior parte dos homens casados que não fazem gosto de conversar com suas mulheres, e vão a outras partes procurar divertimentos pouco inocentes, é porque se acham tolas no trato” (VERNEY, s.d., p. 217).

A obra de Verney teve grande circulação, sendo editada no ano seguinte a segunda edição (Nápoles, 1747)<sup>22</sup>. Como sempre ocorre numa proposta inovadora bem fundamentada, os seus conceitos geraram amor e ódio promovendo uma calorosa polêmica, suscitando reações dos aristotélicos (FIGUEIREDO, 1960, v. I, p. 210), tanto da parte dos jesuítas como dos oratorianos<sup>23</sup>, visto que se o escolasticismo não era monolítico na sua forma (PAIM, 1984, p. 222), a sua oposição também não o era. Tabulando o número de autores seus contemporâneos que se pronunciaram sobre a obra de Verney, Carvalho conclui que, “tamanho repercussão de uma obra por si só testemunha o profundo abalo por ela provocado.” Por isso, Rómulo de Carvalho, quando evidencia o declínio da preponderância dos Jesuítas no sistema de ensino no século XVIII em Portugal, conclui que Verney “simboliza a transformação social em curso, quer se aplauda quer se repudie”<sup>24</sup>.

Uma das críticas de Verney que abalaram o sistema pedagógico português foi a respeito do estudo do latim. Da sua perspectiva, do mesmo modo que se aprendia o inglês e o francês por meio do português, com o latim não deveria ser diferente; assim, a sua proposta é que se aprendesse latim com explicações em português (VERNEY, s.d., p. 64-68, 77-78, 85); dessa forma, ele estava criticando a *Gramática latina* do jesuíta Manuel Álvares (1526-1583), que além de complexa, fora

---

<sup>22</sup> As duas edições foram publicados em Nápoles, e o nome do autor não fora revelado; no entanto, como o Santo-Ofício confiscara a obra em Lisboa, a segunda edição, para despistar seus algozes, foi publicada como se tivesse sido impressa em Valença (ver facsímile, *ibid.*, p. 198; CARVALHO, 1978, 1986, p. 410) e a terceira, clandestinamente em Lisboa (c. 1751), contudo com a data de 1747 e procedência de Valença (cf. SARAIVA e LOPES, *ibid.*, p. 566, 592). Para uma visão bem amena a respeito do sumiço da obra de Verney no século XVIII, ver Salgado Júnior apud VERNEY, 1949, p. X ss.

<sup>23</sup> Cf. Saraiva; Lopes, *ibid.*, p. 565; Ferreira apud Verney, *ibid.*, p. 14.

<sup>24</sup> Carvalho, Carvalho, 1978, *ibid.*, 1986, p. 406.

escrita totalmente em latim<sup>25</sup>. Verney veio colocar mais sal na ferida dos jesuítas, já que desde 1729, os oratorianos – que conquistavam terreno no campo pedagógico em Portugal –, também criticaram a *Gramática latina*, tendo como principal expositor o padre António Pereira de Figueiredo (1725-1797), ocasionando, então, uma disputa com os jesuítas, já que a *Ratio Studiorum* recomendava a referida obra<sup>26</sup>. No fundo, além da praticidade da sua tese, havia uma tentativa de valorizar a língua portuguesa. Segundo Ramos de Carvalho, “o ensino do latim por intermédio da língua vernácula, que se transformou num dos pontos fundamentais da reforma pombalina dos estudos menores, fora preconizado pelos pedagogos franceses que seguiram os ensinamentos de Comenius”<sup>27</sup>. Parece que Verney também foi influenciado pela metodologia italiana (SARAIVA; LOPES, s.d., p. 573).

Carlos Rizzini elogiando o método de Verney, diz que ele “abriu com a sua crítica largas brechas nos muros pedagógicos dos jesuítas, através das quais passaram os pelotões devastadores de Pombal” (RIZZINI, 1957, p. 53)<sup>28</sup>.

Ferreira escreve com entusiasmo (FERREIRA citado por VERNEY, s.d., p. 11):

Foi Verney que o repôs (Portugal) na trilha do pensamento europeu. Foi ele crítico impiedoso que nos encadeou à revol-

---

<sup>25</sup> Cf. Saraiva; Lopes, *ibid.*, p. 573; CARVALHO, 1978, p. 68<sup>22</sup>. As duas edições foram publicados em Nápoles, e o nome do autor não fora revelado; no entanto, como o Santo-Ofício confiscara a obra em Lisboa, a segunda edição, para despistar seus algozes, foi publicada como se tivesse sido impressa em Valença (ver facsímile, *ibid.*, p. 198; CARVALHO, 1978, 1986, p. 410) e a terceira, clandestinamente em Lisboa (c. 1751), contudo com a data de 1747 e procedência de Valença (cf. SARAIVA e LOPES, *ibid.*, p. 566, 592). Para uma visão bem amena a respeito do sumiço da obra de Verney no século XVIII, ver Salgado Júnior apud VERNEY, 1949, p. X ss.

<sup>26</sup> Cf. Carvalho, *ibid.* e Carvalho, 1978, p. 73; SARAIVA; LOPES, *ibid.*, p. 565-566.

<sup>27</sup> Carvalho, *ibid.*, Carvalho, 1978, p. 64. Quanto a alguns aspectos do pensamento de Comênio, ver Costa, 2004 (trabalho não publicado).

<sup>28</sup> Não deixa de ser oportuno observar que Lutero, em 1524, na carta “Aos Conselhos de Todas as Cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs”, além de fazer críticas severas ao sistema educacional da época, enfatiza a necessidade da utilização de melhores métodos na educação. Vd. Martinho Lutero, *Aos Conselhos de Todas as Cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs*. in KAYSER, 1995, v. 5, p. 302-325.

ção filosófica do século XVIII lançando-nos na órbita de Bacon e de Descartes; e assim pôde operar a ressurreição mental das leis pombalinas e da Arcádia Lusitana. Mas fê-lo refugiado na Itália, bem longe e a coberto dos colmilhos inquisitoriais. Só assim.

À frente (FERREIRA citado por VERNEY, s.d., p. 14):

A restauração da cultura, realizada pelo Marquês de Pombal com a reforma da Universidade de Coimbra, a ele se deve. Nenhum escritor português exerceu jamais a influência decisiva na civilização do país que se ficou devendo a Verney, nos meados do século XVIII. Isto constituirá sempre o mais vivo lustre do seu nome.

Carvalho (1978, p. 60) acentua:

Verney, especialmente, pelo seu destino singular, e sobretudo pela universalidade do plano de reformação pedagógica que traçou e procurou realizar, ocupa nos acontecimentos da vida cultural do século XVIII português um lugar de merecida distinção. [...] Foi, sem dúvida, um dos mais insignes arautos da política pombalina

Embora todos soubessem que Verney fosse o autor do *Verdadeiro método de estudar*, certamente por temer as represálias dos jesuítas, ele nunca admitiu a sua autoria, mesmo depois da expulsão dos jesuítas e da extinção da ordem (CARVALHO, 1986, p. 408ss). Verney sabia o que estava fazendo.

Em 1750, quando Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o futuro marquês de Pombal<sup>29</sup>, assumiu as pastas do Exterior e da Guerra, orientou-se por uma política direcionada para o fortalecimento econômico de Portugal.

Portugal atravessava uma fase difícil da sua economia; o terremoto de Lisboa – que durara 7 minutos, a partir das 9h30 minutos do domingo ensolarado de 1º de novembro de 1755, ocorrendo outros tremores de menor gravidade duran-

---

<sup>29</sup> Ele só receberia o título de 1º marquês de Pombal em 16 de outubro de 1769.

te todo o dia –, acompanhado por um maremoto e incêndios, havia destruído grande parte da cidade – dois terços – e mata-do cerca de 8 mil pessoas<sup>30</sup>. Como agravante da situação, os armazéns portuários que recebiam as mercadorias brasileiras em fins de setembro, ainda estavam cheios. Os armazéns foram destruídos<sup>31</sup> e, em 1760, a extração do ouro do Brasil sofreria uma substancial diminuição<sup>32</sup>. Pombal usou de todos os recursos possíveis para aumentar a receita da Coroa<sup>33</sup>.

Pombal, que estudara Direito na Universidade de Coimbra, tendo-se dedicado posteriormente ao estudo de História<sup>34</sup> e de Política, teve oportunidade de viajar por diversos países da Europa, chefiando, inclusive – por indicação de seu primo, Marco António de Azevedo Coutinho, quem deixava o cargo<sup>35</sup> –, a legação portuguesa em Londres<sup>36</sup> (1738-1744)<sup>37</sup>. E, em 1745 teve uma missão especial na Corte de Viena. Nas suas viagens, ele constatou de perto o progresso de outros países em relação a Portugal e concluiu que o atraso de Portugal devia-se ao trabalho jesuítico.

Pelo que já estudamos, é suficientemente óbvio que um espírito influenciado pelo Iluminismo jamais se coadunaria

---

<sup>30</sup> Boxer (1977, p. 206) calcula que morreram entre 5 mil e 15 mil pessoas. No artigo de Maria Emília Cordeiro Ferreira, *Terramotos* (apud SERRÃO, 1981, v. VI, p. 164b), lemos que as estatísticas a respeito dos mortos variam de 5 mil a 40 mil (cf. SERRÃO, 1982a, v. VI, p. 27ss; CARNAXIDE, 1979, p. 119 ss).

<sup>31</sup> Ver Macedo (1982, p. 187).

<sup>32</sup> Ver Simonsen, 1978, p. 296-298; Macedo, *ibid.*, p. 187ss.; Boxer, *id. ibid.*, p. 208.

<sup>33</sup> Ver Carnaxide, *ibid.*, p. 77ss.

<sup>34</sup> Sendo eleito em 1733 membro da Academia Real de História Cf. Serrão, 1982b, p. 54.

<sup>35</sup> Serrão, 1982b, p. 54. Cf. *id. ibid.*, p. 30.

<sup>36</sup> “Quando foi nomeado embaixador na Corte de St. James, em 1738, não possuía quaisquer qualificações diplomáticas nem experiência de países estrangeiros.[...]” (BOXER, *id. ibid.*, p. 204). Boxer diz que Pombal nunca aprendeu inglês durante os 6 anos que morou em Londres, todavia, possuía uma fluência admirável em francês (BOXER, *id. ibid.*, p. 204). Do mesmo modo, Serrão (*ibid.*, p. 39). No entanto, não tomemos isso como falta de cultura, já que, no período em que passou na Inglaterra, aproveitou para formar uma grande e boa biblioteca com muitas obras traduzidas para o francês. Ver detalhes sobre ela em Serrão (*ibid.*, p. 38-40).

<sup>37</sup> Pombal permaneceu em Londres somente até o final de 1743; o rigoroso frio de Londres lhe era insuportável e ele parece ter adoecido frequentemente (SERRÃO, *ibid.*, p. 40).

com a obediência jesuítica. Assim, o poderoso ministro do Rei José I (1714-1777)<sup>38</sup> de Portugal, o marquês de Pombal (1699-1782), que simpatizava com o racionalismo iluminista, teve sérios conflitos com os jesuítas, os quais, por sua vez, se opuseram à sua política no Paraguai, que consistia na utilização da mão-de-obra indígena<sup>39</sup>, o que o irritou mais ainda. Pombal, entretanto, se opôs ao princípio jesuíta de livre comércio. Na realidade, ele desejava, a todo custo, se ver livre daquilo que considerava ser a dominação efetiva da Companhia de Jesus no governo português<sup>40</sup>. Isso tudo gerou um choque de maiores proporções, que envolvia o domínio religioso e pedagógico. Resume Ribeiro (1973, p. 24):

Houve um conflito entre os próceres do sistema político português e os jesuítas, pela hegemonia no sistema religioso e no sistema pedagógico. Fiéis à sua missão tridentina, os jesuítas representavam os interesses e as aspirações do Vaticano à hegemonia sobre “o espiritual”, isto é, sobre o sistema religioso. Mas entendiam que o “espiritual” tem precedência sobre “o temporal”, pela qual “A Igreja”, (isto é, seus próceres) tinha o direito e o dever de orientar outros sistemas.

Esse conflito culminou com o decreto da expulsão dos jesuítas, publicado em 12 de janeiro de 1759 (CARVALHO,

---

<sup>38</sup> Rodrigues (190, p. 84) acentuou que o rei era neto de uma brasileira.

<sup>39</sup> Ver Simonsen (ibid., p. 332-333). Essa questão era antiga. O jesuíta padre Vieira (1608-1697), por exemplo, ao mesmo tempo que combatia o preconceito racial defendia o aumento da importação de escravos da África (ver, por exemplo, Pe. Antônio Vieira, Proposta feita a El-Rei D. João IV em que se lhe representava o miserável estado do Reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa pelo Padre Antônio Vieira (1995, p. 288-289). Resposta que deu o Padre Antônio Vieira (idem, 1992, p. 47-52) ao Senado da Câmara do Pará sobre o resgate dos índios do sertão (12 de fevereiro de 1661), especialmente p. 49. Esse documento encontra-se também em Pe. Antônio Vieira, Carta Anua de 1626 (Vieira, 1951, v. I, p. 221-225; ver o comentário a esse respeito de LISBOA, 1948, p. 357ss., com o fim de preservar os índios; cf. Boxer, ibid. 1981, p. 51). Quanto às propostas de Vieira para atenuar o trabalho indígena, ver: MAURO, 1991, v. VII, p. 275-276, bem como a reativação do comércio de escravos de Portugal com o Peru (c. 1643). (cf. HANSON, 1986, p. 137. Mais detalhes podem ser encontrados em COSTA, 1997, p. 35-60).

<sup>40</sup> Domingues, 1970, p. 171.

1986, p. 428). Mais tarde em 3 de setembro de 1759, os jesuítas são “desnaturalizados, proscritos e exterminados”, sendo obrigados a abandonar o país (CARVALHO, 1986, p. 428)<sup>41</sup>.

A expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias alterou acentuadamente o sistema educacional, pois os jansenistas que a partir daí passaram a dominar os seminários portugueses e brasileiros<sup>42</sup> introduziram “conceitos galicanos do controle do Estado sobre a Igreja, que excediam qualquer coisa que a Santa Sé jamais concedera à coroa portuguesa” (ANDRADE, 1978, p. 29). Com a supremacia do Estado sobre a Igreja, os interesses não coincidirão, necessariamente, e isso se tornará evidente no confronto que se tornará cada vez maior entre o conservadorismo romano – ainda que não necessariamente jesuítico –, fiel à supremacia papal (tridentino) e ao liberalismo (regalista).

Como bem lembra Mendonça, Azeredo Coutinho (1742-1821) “era um liberal, discípulo de Adam Smith” (MENDONÇA citado por MENDONÇA; VELASQUES FILHO, 1990, p. 66). Isso se evidenciará na fundação do Seminário de Olinda (22 de fevereiro de 1800), quando ele, rejeitando o escolasticismo, adotou as reformas pombalinas.

Em 23 de dezembro de 1770 foi criada a Junta de Provisência Literária, composta, além de Pombal, por ex-alunos

---

<sup>41</sup> Lembremo-nos de que alguns jesuítas foram acusados de estarem envolvidos na conjura contra D. José em 1758 (ver MAGALHÃES, 1990, p. 119; PERES, 1934-1937, v. VI, p. 228).

Na época o Brasil tinha contabilizado 670 jesuítas, incluindo noviços e estudantes (cf. SERRÃO, *ibid.*, 1981, v. VI, p. 182). Os jesuítas embarcaram no Rio de Janeiro em 15 de março de 1760; na Bahia em 19 de abril de 1760; no Recife em 1º de maio de 1760; no Pará em 12 de setembro de 1760 (cf. ANDRADE, 1978, p. 5; ver SERRÃO, *ibid.*, 1981, v. VI, p. 182). Finalmente, o papa Clemente XIV (1769-1774), em 21/07/1773, extinguiu a Companhia de Jesus nos Estados Pontíficos por meio da bula *Dominus ac Redemptor Nostri Jesus Christus*; todavia a Companhia encontrou a proteção de Catarina II da Rússia, onde se refugiaram até sua restauração universal feita por Pio VII (1800-1823) em 7 de agosto de 1814 (ver MAGALHÃES, *ibid.*, p. 120).

<sup>42</sup> Cf. VIEIRA, 1980, p. 33. “O jansenismo alcançou o Brasil por intermédio de diversos padres e prelados educados em Coimbra. O mais influente desses clérigos, Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1742-1821), era parente de Pombal, bem como o principal conselheiro do Primeiro-Ministro na reforma do currículo da Universidade de Coimbra, Dom Francisco de Lemos de Farias Pereira Coutinho (1735-1822). Como Bispo de Olinda (1799-1806), Dom Azeredo Coutinho estabeleceu o Seminário de Olinda (1800), cujo quadro de professores trouxe da sua velha universidade de Portugal.” *Id. ibid.*, p. 30. Ver: Rizzini, *ibid.*, p. 57 ss.

da Universidade de Coimbra<sup>43</sup>, tais como D. Francisco de Lemos de Faria, Seabra da Silva e Frei Manuel do Cenáculo de Vilas Boas (1724-1814)<sup>44</sup>, educado pelos oratorianos de Lisboa (MAXWELL, 1997, p. 106). Esse órgão destinava-se a dar apoio a Pombal nas questões universitárias<sup>45</sup>. Em 1772, Pombal fez uma Reforma nos Estatutos da Universidade de Coimbra – elaborados parcialmente pela Junta de Providência Literária –, atribuindo aos jesuítas o atraso que a Universidade sofrera desde 1553<sup>46</sup>. Os novos Estatutos de Coimbra foram estabelecidos solenemente em setembro 1772, com a presença de Pombal, como representante do rei (CARVALHO, 1986, p. 481-483) e conforme um *Diário* contemporâneo, com a pompa de um rei (CARVALHO, 1986, p. 481-483). O primeiro reitor da Universidade após a reforma – “reitor-reformador” – foi o Dr. Francisco de Lemos de Faria, plenamente identificado com o ideário pombalino (SERRÃO, 1982b, p. 54). Pombal, satisfeito com o seu sucesso em Coimbra, escreveu uma carta em 16 de dezembro de 1772, dizendo que com os novos professores iria “fazer Coimbra gloriosa e invejada por todas as outras Universidades da Europa” (POMBAL citado por CARVALHO, 1986, p. 483).

A reforma pombalina, que Rodrigues chama de “progresso e civilização” (RODRIGUES, 1904, p. 84), conferiu à Universidade de Coimbra (SERRÃO, 1982b, p. 54)<sup>47</sup> e de certa forma à igreja um novo paradigma que, querendo ou não, se amparava na perspectiva moderna, fruto da Reforma Protestante (PAIM, 1984, p. 204 e 226). No entanto, o que

---

<sup>43</sup> Coimbra havia até então seguido o ideal da Contra-Reforma, sendo um reduto da ortodoxia católica e de preservação do ensino tomista. Ver: Niskier, Arnaldo. *Educação Brasileira: 500 anos de História, 1500-2000*. São Paulo: Melhoramentos, 1989, p. 33.

<sup>44</sup> Cf. Saraiva, *ibid.*, p. 566. Francisco da Gama Caeiro o considera “o cérebro da reforma pombalina”. Cf. Serrão, *ibid.* 1982, VI, p. 266.

<sup>45</sup> Serrão, *ibid.*, Serrão, 1982b, p. 54. Vol. VI, p. 265.

<sup>46</sup> A Universidade de Lisboa fora transferida para Coimbra em 1537 por D. João III (cf. CARVALHO, 1986, p. 216).

<sup>47</sup> Essa reforma, por causa dos diversos mestres estrangeiros que trabalhavam em Portugal em variados projetos científicos, foi mais efetiva nas ciências experimentais do que no saber clássico (cf. SERRÃO, 1982, VI, p. 270).

de fato Pombal almejava era uma ação governativa mais poderosa, mediante a qual pudesse realizar uma transformação racional e pragmática do seu país (António Coimbra Martins citado por SERRÃO, 1981, v. IV, p. 86).

Villaça (1975, p. 28) conclui:

O livro de Verney e a reforma pombalina na Universidade de Coimbra iniciam uma outra fase na história das idéias. A 9 de setembro de 1763, publica-se em Lisboa a notícia da supressão da Companhia. Era o triunfo de Pombal, Regalismo e laicismo davam-se as mãos. Ao tomismo restaurado pelos coimbrenses, sucedia o iluminismo, progressista e nacionalista<sup>48</sup>.

Dentro de outra perspectiva, comenta Ribeiro (1973, p. 25):

Em 1772, deu novos Estatutos à Universidade, afirmando a supremacia do poder político sobre o sistema pedagógico português. Os Estatutos declaram que o poder da Igreja se limita “à vida espiritual”; acusam-na de tentar invadir atribuições do Estado; para a solução de questões religiosas limitam o recurso à autoridade das ‘mais antigas tradições cristãs’ e aos Pais da Igreja (ignorando o recurso à autoridade papal).

De certa forma, como observam Saraiva e Lopes, o “marquês de Pombal foi o executor do programa de Verney” (SARAIVA; LOPES, s.d., p. 572)<sup>49</sup>. Nas *Instruções para os professores de gramática latina*, publicadas juntamente com o Alvará de 28 de junho de 1759 que suprimia as escolas jesuítas, fica evidente a aceitação da crítica de Verney e a nova disposição pedagógica:

Que um destes princípios [que sirvam de base para a conservação da unidade Cristã e a Sociedade Civil] seja a ciência da Língua Latina, é ponto averiguado, que não necessita de de-

---

<sup>48</sup> Quanto à reforma pombalina no Brasil, ver Andrade, *ibid.*, p. 4 ss. Nas páginas 157-164, encontramos a transcrição do “Alvará Régio, de 28 de junho de 1759, em que se extinguem todas as Escolas reguladas pelo método dos Jesuítas e se estabelece um novo regime”.

<sup>49</sup> Ver também Maxwell, 1997., p. 104.

monstração. Por isso o meio que há de importante nesta parte, é descobrir, e prescrever os meios de se adquirir esta Ciência com brevidade, e por um modo, que sirva de excitar em que os que aprendem um vivo desejo de passarem às Ciências maiores (*Instrução para os professores de gramática latina*, § 2, citado por ANDRADE, 1978, p. 167).

Todos os homens sábios confessam que deve ser em vulgar o método para aprender os preceitos da gramática; pois não há maior absurdo, que tentar aprender uma língua no mesmo idioma, que se ignora. Também assentam que o método deve ser breve, claro, e fácil, para não atormentar aos estudantes com uma multidão de preceitos, que ainda em idades maiores causam confusão (*Instrução para os professores de gramática latina*, § 4, *in*: Andrade, 1978, p. 167-168).

Resumindo: os alunos para o estudo do latim usariam o Novo Método de Gramática Latina (1752-1753) do Padre Antonio Pereira de Figueiredo (*Instrução para os professores de gramática latina*, § 4, citado por ANDRADE, 1978, p. 168)<sup>50</sup>.

Com a mudança dos Estatutos da Universidade de Coimbra dá-se grande ênfase ao método empírico, concretizando-se numa metodologia dedutiva matemática ou por indução experimental, havendo também a criação do Horto Botânico, de um Museu de História Natural, Laboratório de Física, outro de Química, Teatro Anatômico, Hospital Escolar etc.<sup>51</sup>. No entanto, mesmo com essa abertura, já que Pombal eliminou a censura tríplice: do Ordinário, da Inquisição e a Régia, ele criaria a Real Mesa Censória (PAIM, 1984, p. 221) que continuaria censurando autores considerados proibidos, tais como Bayle, Hobbes, Espinosa, Locke, Voltaire, Rousseau e outros.

Como elementos consolidadores da nova política científica e pedagógica, cria-se a Academia Real da Marinha (1779), a Academia de Ciência (1779), a Casa Pia (1780) e Biblioteca Nacional (1779), que pode usar o nome de Real e ficou isenta de censura em seu acervo, desfrutando também de uma imprensa privativa (SARAIVA; LOPES, s.d, p. 566-568).

---

<sup>50</sup> Ver também: Carvalho, 1986, p. 402.

<sup>51</sup> Vejam-se maiores detalhes em Serrão, 1982, v. VI, p. 270ss.

Contudo, mesmo com essas amplas reformas, nas questões teológicas Pombal não mexeu. Comenta Ribeiro:

Pombal acentuou a hegemonia do sistema político na sociedade luso-brasileira. Eliminou os principais agentes do Vaticano, que pugnavam pela hegemonia deste nos sistemas religioso e pedagógico.

Mas deixou intactos os valores teológicos, especificamente religiosos, católicos romanos, tridentinos, vigentes antes de suas reformas (Ribeiro, 1973, p. 27).

O Iluminismo, rejeitando o critério de autoridade como determinante da verdade, confrontava-se diretamente com o poder da Igreja; e o Iluminismo português, com sua repercussão no Brasil, cortou, ainda que temporariamente, o “tradicional baluarte da escolástica, a Companhia de Jesus” (Mendonça citado por MENDONÇA; VELASQUES, 1990, p. 61). Esse aspecto terá enorme influência entre a intelectualidade brasileira – leiga e clerical – a partir do final do século XVIII.

Como veremos posteriormente, muitos dos Constituintes estudaram em Coimbra após a reforma pombalina, recebendo uma influência iluminista e liberal que se manifestará em sua perspectiva religiosa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

ABBAGNANO, Nicola. *História da filosofia*. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1982a.

\_\_\_\_\_. *Dicionário de filosofia*. 2 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982b.

ABBAGNANO, Nicola; VISALBERGHI, A. *Historia de la pedagogía*. Novena reimpresión. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

ANDRADE, Antônio A. Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Saraiva/Editora da Universidade de Brasília, 1978.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1973a. (Coleção Os Pensadores, v. IV).

ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1973b. (Coleção Os Pensadores, v. IV).

BOXER, C. R. *O Império colonial português*. Lisboa: Edições 70, 1977.

\_\_\_\_\_. *A igreja e a expansão ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70, 1981.

BRAATEN Carl E.; JENSON, Robert W. (Eds.). *Dogmática cristã*. São Leopoldo: Sinodal, v. I, 1990.

BROWN, Colin. *Filosofia e fé cristã*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1983.

\_\_\_\_\_. Iluminismo. In: ELWELL, Walter A. ed. *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1988-1990, p. 306-309.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CARNAXIDE, Visconde de. *O Brasil na administração pombalina*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC, 1979.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Edusp/Saraiva, 1978.

CARVALHO, Rómulo de. *História do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

CASSIRER, Ernst. *Antropologia filosófica*. 2 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

COMÊNIO, J. A. *Didáctica Magna*. 3 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

COSTA, Hermisten M. Pereira da. A Propósito dos 300 anos da Morte de Vieira: Reflexões Fortuitas sobre a Sua Vida e Obra. In: *Fides Reformata*. II/2 1997, São Paulo: Centro de Pós-Graduação Andrew Jumper, p. 35-60.

\_\_\_\_\_. O conceito de “fé explícita” e a educação: uma perspectiva reformada – Ensaio introdutório. São Paulo, 2004, 49p. (trabalho não publicado).

CRETELA JR., José. *Novíssima história da filosofia*. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

DOMINGUES, Mário. *O marquês de Pombal: o homem e a sua época*. 3. ed. Lisboa: Livraria, Roman Torres, 1970.

FIGUEIREDO, Fidelino de. *História literária de Portugal*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1960.

GRENZ, Stanley J. *Pós-modernismo: um guia para entender a filosofia do nosso tempo*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1997.

- HÄGGLUND, B. *História da teologia*. Porto Alegre: Concórdia, 1973.
- HANSON, Carlos A. *Economia e sociedade no Portugal barroco (1668-1703)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986.
- HARKNESS, Georgia. Ecumenical movement. In: ASHMORE, Harry S. (Editor chefe). *Encyclopaedia Britannica*. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1962, v. 7.
- HERÓDOTO, *História*. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, s.d..
- IRINEU, *Irineu de Lião*. São Paulo: Paulus, 1995.
- KANT, E. Que es la Ilustracion? In: KANT, E. *Filosofia de la historia*. 3ª reimpresión, México: Fondo de Cultura Económica, 1987, p. 25-38.
- \_\_\_\_\_. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores, Vol. XXV), 1974.
- KAYSER, Ilson, ed. ger. *Martinho Lutero: obras selecionadas*. São Leopoldo/Porto Alegre, RS.: Sinodal/Concórdia, 1995, v. 5, p. 302-325.
- LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino, dirs. *Dicionário de teologia fundamental*. Petrópolis/Aparecida: Vozes/Santuário, 1994, p. 248-255.
- LISBOA, João Francisco. *Vida do Padre António Vieira*, Rio de Janeiro, W.M. Jackson Inc., 1948.
- MACEDO, Jorge Borges de. *Problemas de história da indústria portuguesa no século XIX*. 2. ed. Lisboa: Editorial Querco, 1982.
- MAGALHÃES, José C. *Breve história diplomática de Portugal*. Portugal: Publicações Europa-América, 1990.
- MAURO, Frédéric. Coord. *O império luso brasileiro (1620-1750)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991. (Nova História da Expansão Portuguesa, direção de Joel Serrão & A.H. de Oliveira Marques; v. VII).
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- MCNEILL, John T. *The history and character of Calvinism*. New York: Oxford University Press, 1954.
- MENDONÇA, Antônio G. A “Questão Religiosa”: conflito Igreja vs. Estado e expansão do protestantismo, In: MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola/Ciências da Religião, 1990, p. 61-79.

- MICHEL, Otto. **h(oi(koume/nh <confirmar grafia do grego>** . In: KITTEL, G.; FRIEDRICH, G. (Eds.). *Theological Dictionary of the New Testament*. Grand Rapids: Eerdmans, 1981, (Reprinted). v. 5.
- MONDIN, Battista. *Curso de filosofia*. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.
- MONROE, Paul. *História da educação* 11 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de História, 1500-2000*. São Paulo: Melhoramentos, 1989.
- PAIM, Antonio. *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. 3 ed. rev. amp. São Paulo/Brasília: Convívio/Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.
- PERES, Damião, direção literária. *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, Lda. 1934-1937.
- PLATÃO. *As leis*. Bauru: EDIPRO, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Teeteto*. 2 ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 1988.
- RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo no Brasil monárquico, 1888-1889*. São Paulo, Pioneira, 1973.
- RIZZINI, Carlos. *Hipólito José da Costa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- RODRIGUES, J. C. *Religiões acathólicas no Brasil, 1500-1900*. Rio de Janeiro: Escriptorio do “Jornal do Commercio”, 1904.
- SARAIVA, António José; LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. 5 ed. cor. e aum. Porto/Lisboa: Porto Editora/Empresa Lit. Fluminense, s.d.
- SERRÃO, Joaquim V. *História de Portugal*. Lisboa: Editora Verbo, 1982a.
- \_\_\_\_\_. *O marquês de Pombal: o homem, o diplomata e o estadista*. Lisboa: Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal, 1982b.
- SERRÃO, Joel (Dir.). *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981.
- SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil, (1500/1820)*. 8 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: Fapesp/Edusp, 1999.

TILLICH, Paul. *História do pensamento cristão*. São Paulo: Aste, 1988.

\_\_\_\_\_. *Perspectivas da teologia protestante nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Aste, 1986.

VERCRUYSSSE, Jos E. Ecumenismo. In: LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino (Dirs.). *Dicionário de teologia fundamental*. Petrópolis/Aparecida: Vozes/Santuário, 1994, p. 248.

VERNEY, Luís António. *Verdadeiro método de estudar*. Porto: Editorial Domingos Barreira, s.d.

VIEIRA, Davi Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

VIEIRA, Padre Antônio. *Obras escolhidas* (Cartas, I). Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1951.

\_\_\_\_\_. *Escritos históricos e políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

\_\_\_\_\_. *Escritos instrumentais sobre os índios*. São Paulo: Edições Loyola/Educ/Giordano, 1992.

VILLAÇA, Antônio C. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.